



MÜLLER&PREI

**Caixa de Assistência dos
Advogados Seção do Paraná**

Curitiba - PR

**Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2016**



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

AOS ADMINISTRADORES da
Caixa de Assistência dos Advogados Seção do Paraná
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Caixa de Assistência dos Advogados Seção do Paraná** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Caixa de Assistência dos Advogados Seção do Paraná** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 e NBT TG 1000).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 e NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de março de 2017.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1
REGINALDO BESCOROVAINE
CONTADOR CRC-PR Nº 45.212/O-5

Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná
Curitiba - PR
Balanço Patrimonial
ATIVO

	Em Milhares de Reais	
	31 de Dezembro de 2016	31 de Dezembro de 2015
CIRCULANTE	<u>6.685</u>	<u>4.977</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.088	4.172
Contas a Receber de Clientes	157	297
Adiantamentos a Funcionários e Terceiros	39	73
Tributos a Recuperar	7	6
Estoques	394	429
NÃO CIRCULANTE	<u>13.073</u>	<u>12.354</u>
DIREITOS REALIZÁVEIS	<u>155</u>	<u>155</u>
Cauções e Depósitos	60	60
Partes Relacionadas - Ativo	95	95
IMOBILIZADO	<u>12.918</u>	<u>12.199</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>19.758</u></u>	<u><u>17.331</u></u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	31 de Dezembro de 2016	31 de Dezembro de 2015
	CIRCULANTE	<u>194</u>
Fornecedores	22	182
Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	55
Obrigações Fiscais e Tributárias	2	12
Provisão p/Férias e Encargos	75	142
Outras Contas a Pagar	95	126
NÃO CIRCULANTE	<u>68</u>	<u>62</u>
Provisão p/ Contingências	68	62
PATRIMÔNIO SOCIAL	<u>19.496</u>	<u>16.752</u>
Patrimônio Social	16.601	12.766
Superávit do Exercício	2.895	3.986
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u><u>19.758</u></u>	<u><u>17.331</u></u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Auditoria - Consultoria - TI - Terceirização de Serviços

Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná

Curitiba - PR

Demonstrações do Resultado

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./16 a 31/dez./16	01/jan./15 a 31/dez./15
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	11.893	11.759
CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS	(1.635)	(1.789)
LUCRO BRUTO	10.258	9.970
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	(7.363)	(5.984)
Despesas Gerais e Administrativas	(3.582)	(2.254)
Despesas c/ Pessoal	(2.968)	(2.702)
Despesas c/ Tributos	(124)	(63)
Benefícios Recebidos	(1.203)	(970)
Serviços Médicos	(139)	(670)
Encargos Financeiros Líquidos	568	470
Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos	85	205
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	2.895	3.986

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Auditoria - Consultoria - TI - Terceirização de Serviços

Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná

Curitiba - PR

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

Em Milhares de Reais

Eventos	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Totais
SALDOS INICIAIS EM 1º DE JANEIRO DE 2015	10.653	2.129	12.782
Incorporação Superávit Exercício Anterior	2.129	(2.129)	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	(16)		(16)
Superávit do Exercício		3.986	3.986
SALDOS FINAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	12.766	3.986	16.752
Incorporação Superávit Exercício Anterior	3.986	(3.986)	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	(151)		(151)
Superávit do Exercício		2.895	2.895
SALDOS FINAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	16.601	2.895	19.496

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Auditoria - Consultoria - TI - Terceirização de Serviços

Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná
Curitiba - PR
**Demonstração do Fluxo de Caixa
(Método Indireto)**

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./16 a 31/dez./16	01/jan./15 a 31/dez./15
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	2.895	3.986
Ajustado por:		
Alienação do Imobilizado	25	242
Depreciação	256	40
Provisões p/ Férias e Encargos	(67)	6
Provisões p/ Contingências	6	7
Ajuste de Exercícios Anteriores	(151)	(16)
Resultado Ajustado	<u>2.964</u>	<u>4.265</u>
(Aumento)/Redução dos Ativos:		
Contas a Receber de Clientes	140	25
Estoques	35	(135)
Aumento/(Redução) dos Passivos:		
Fornecedores	(160)	118
Obrigações Fiscais e Tributárias	(10)	11
Salários e Ordenados a Pagar	(55)	(8)
Outras Contas a Pagar	(32)	20
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	<u>2.882</u>	<u>4.296</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações no Imobilizado	(1.000)	(4.509)
Adiantamentos a Funcionários e Terceiros	34	2
Cauções e Depósitos	0	0
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	<u>(966)</u>	<u>(4.507)</u>
(DIMINUIÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>1.916</u>	<u>(211)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	4.172	4.383
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	6.088	4.172

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Auditoria - Consultoria - TI - Terceirização de Serviços

Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná

Curitiba - PR

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016**

(Valores em Milhares de Reais)

Nota 1. Contexto Operacional

A “Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná” foi criada por deliberação da Assembleia Geral dos Advogados da Seccional do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/PR, realizada no dia 29 de janeiro de 1943, designada também pela sigla CAA/PR é regida pelo Decreto Lei nº 4.563, de 11 de agosto de 1942, regulamentado pelo Decreto nº 11.051, de 08 de dezembro de 1942, pela Lei nº 8.906 de 04 de julho de 1994, pelo Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, pelo Regimento Interno da OAB/PR, por estatuto próprio e pelas demais normas pertinentes.

A CAA/PR é entidade beneficente sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, dotada de autonomia administrativa e financeira e constitui serviço público federal, nos termos dos artigos 45, § 5º e 62 da Lei nº 8.906, de 04/jul./94.

A CAA/PR tem por finalidade, dentro das possibilidades de seu orçamento:

- a) Prestar assistência aos advogados inscritos na OAB/PR e, eventualmente, a seus dependentes, na forma da legislação específica e das disposições do Estatuto, condicionada à regularidade do pagamento, pelo advogado, de anuidades à OAB/PR, e disponibilidade de recursos;
- b) Poderá promover gestões junto a empresas comerciais ou prestadoras de serviços, com vistas a obter atendimento diferenciado ou descontos em preços para os advogados, limitando sua participação em divulgar as ofertas obtidas, cabendo ao advogado usuário responsabilizar-se pelo entendimento direto com essas empresas e responder pessoalmente por encargos que assumir;
- c) Poderá promover a seguridade complementar, em benefício dos advogados inscritos nos termos do artigo 62, parágrafo 2º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994; e

A CAA/PR tem bandeira e símbolo próprios, definidos por sua Diretoria.

A CAA/PR integra a Coordenação Nacional das Caixas de Assistência dos Advogados do Brasil - CONCAD, órgão de representação nacional com sede em Brasília, DF, junto ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

A CAA/PR tem prazo de duração indeterminado e, em caso de sua extinção, seu patrimônio se incorpora ao da Seção do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/PR.

A Emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24 de março de 2017.

Nota 2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, aprovadas pela ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, do Conselho Federal de Contabilidade e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o julgamento da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da entidade.

Nota 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram observadas pelo regime de competência, conforme regulamentado pela legislação vigente, sendo que os direitos e obrigações da Entidade encontram-se apresentados em conformidade com os seus efetivos valores reais.

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

a) Apuração Do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos Circulantes estão reconhecidos no resultado.

b) Caixa E Equivalentes De Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

c) Estoques

Os estoques estão avaliados pelos custos médios de aquisição, os quais não superam os preços de mercado.

d) Contas a Receber de Clientes

Referem-se aos valores a receber da OAB Cota Estatutária, bem como a valores a receber através de cartões de Crédito e Cheques, referentes às vendas realizadas nas farmácias do CAA/PR.

e) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função de vida útil, fixados por espécie de bens.

f) Passivo Circulante

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

g) Provisões para Férias e Encargos

Foram constituídas provisões para férias para cobertura prevista das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos.

Nota 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de Dezembro de 2016	31 de Dezembro de 2015
Caixa Tesouraria	1	9
Banco Conta Movimento	160	89
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	5.927	4.074
	<u>6.088</u>	<u>4.172</u>

Em 31 de dezembro de 2016, os Certificados de Depósitos Bancários - CDBs são remunerados por taxas que variam entre 88% e 100,9% do CDI. Os CDBs são classificados pela Administração da Entidade na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, conforme composição apresentada:

Instituição	Remuneração	31 de Dezembro de 2016	31 de Dezembro de 2015
Banco do Brasil	88% a 106% CDI	1	1
Caixa Econômica Federal	100,90% CDI	5.926	4.073
		<u>5.927</u>	<u>4.074</u>

Nota 5. Adiantamento a Funcionários e a Terceiros

	31 de Dezembro de 2016	31 de Dezembro de 2015
Adiantamentos a Funcionários	39	73
	<u>39</u>	<u>73</u>

Nota 6. Estoques

	31 de Dezembro de 2016	31 de Dezembro de 2015
Estoque Farmácia Maringá	-	24
Estoque Farmácia Ponta Grossa	-	21
Estoque Farmácia Londrina	-	7
Estoque Farmácia Foz do Iguaçu	-	10
Estoque Farmácia Apucarana	-	23
Estoque Farmácia Cascavel	-	18
Estoque Farmácia Campo Mourão	-	15
Estoque Farmácia Paranaíba	-	18
Estoque Farmácia Toledo	-	18
Estoque Farmácia Umuarama	-	10
Estoque Farmácia Curitiba	92	56
Estoque Loja dos Advogados	302	209
	<u>394</u>	<u>429</u>



Nota 7. Partes Relacionadas

	31 de Dezembro de 2016	31 de Dezembro de 2015
Ativo		
Não Circulante		
Contratos de Mútuo		
OAB Subseção Ponta Grossa	95	95
Total do Ativo Não Circulante	<u>95</u>	<u>95</u>

Nota 8. Imobilizado

O imobilizado em 31 de dezembro de 2016 está assim composto:

IMOBILIZADO	31 de Dezembro de 2015	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferência entre contas	31 de Dezembro de 2016
Imóveis	6.972	13	-	(189)	4.982	11.778
Móveis e Utensílios	509	195	(25)	(35)	-	644
Instalações	20	-	-	(1)	-	19
Máquinas e Equipamentos	-	2	-	-	-	2
Veículos	136	-	-	(9)	-	127
Equipts. de Informática	94	52	-	(18)	-	128
Software	4	143	-	(4)	-	143
Obras em Andamento	4.387	595	-	-	(4.982)	-
Terrenos	77	-	-	-	-	77
Total	<u>12.199</u>	<u>1.000</u>	<u>(25)</u>	<u>(256)</u>	<u>-</u>	<u>12.918</u>

Nota 9. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31 de Dezembro de 2016	31 de Dezembro de 2015
Salários a Pagar	-	-
INSS a Recolher	-	53
PIS sobre a Folha de Pagamento	-	2
	<u>-</u>	<u>55</u>

Nota 10. Outras Contas a Pagar

	31 de Dezembro de 2016	31 de Dezembro de 2015
Cheques a Compensar	75	81
Honorários Médicos	5	4
Adiantamento de clientes loja	9	39
Fretes a pagar	6	2
	<u>95</u>	<u>126</u>

Nota 11. Provisão para Contingências

O saldo em dezembro de 2016 e 2015, respectivamente está assim composto:

	31 de Dezembro de 2016	31 de Dezembro de 2015
Processos Trabalhistas	68	62
	<u>68</u>	<u>62</u>

O cálculo dos valores é feito com base nos montantes efetivamente envolvidos e parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, sendo que somente são reconhecidos contabilmente os valores relativos aos processos cujo prognóstico de perda é considerado provável.

Nota 12. Ajustes de Exercícios Anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores referem-se a conciliação entre saldos financeiros e contábeis de Contas a Receber, Fornecedores, e controles de imobilizado, cujos valores causaram um efeito negativo no Patrimônio Líquido em 31/dez./16, representando de R\$ 151. (R\$ 16 em 31/dez./15).

Nota 13. Receita Operacional Líquida

	31 de Dezembro de 2016	31 de Dezembro de 2015
Receita Operacional Bruta		
Receita com Anuidades	8.228	7.761
Receita com Vendas de Medicamentos	992	569
Convênio Seguro Saúde	-	56
Royalties Recebidos	101	63
Revenda de Mercadorias	1.915	2.303
Verbas de Patrocínio	578	1.023
Outras Receitas	99	-
(-) Deduções Da Receita Bruta		
Impostos e Contribuições	(19)	(14)
Devoluções e Abatimentos	(1)	(2)
Receita Operacional Líquida	<u>11.893</u>	<u>11.759</u>

Nota 14. Seguros

Em 31 de dezembro de 2016 a Entidade possuía apólices de seguro contratadas junto as seguradoras do país para a cobertura de riscos diversos de cobertura patrimonial e de riscos diversos para cobertura dos veículos, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Entidade que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Artur Humberto Piancasteli
Presidente

Aroldo Adam
CRC 052285/O-1
Contador